



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Escrita

À medida que a economia de Macau se desenvolve, cada vez são mais os pais que precisam de trabalhar fora de casa, mas a taxa de nascimentos tem-se mantido elevada nestes últimos anos. Segundo os dados disponíveis, entre 2010 e 2013, nasceram 24 852 bebés, portanto, a procura de creches está sempre a aumentar, e embora o Governo da RAEM tenha já cumprido as suas funções nesta matéria, através da concessão de apoio para aumento das creches, esse apoio ainda não é suficiente. O mercado reagiu rapidamente ao aumento da referida procura, com o surgimento de muitos estabelecimentos a oferecerem este tipo de serviços. Para além das creches tradicionais, os centros de apoio pedagógico complementar particulares (adiante designados por centros), vulgarmente conhecidos por salas de estudo e centros de explicações, também prestam serviços como as creches. Como os regimes de licenciamento e fiscalização para estes centros e para as creches são diferentes, é fácil o surgimento de confusões.

Até Maio de 2013, existiam em Macau 38 creches, das quais 30 recebiam financiamento do Governo. Dito de outra forma, as creches de Macau são, basicamente, financiadas pelo Governo. Segundo dizem, os requisitos para pedir apoio são rigorosos e o processo é muito complicado, é mesmo muito difícil um cidadão normal conseguir uma licença para explorar uma creche. E isto não beneficia o desenvolvimento do mercado. Na minha opinião, com a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

rápida evolução da sociedade, nem todas as exigências e serviços têm que ser suportadas pelo Governo. Este deve sim melhorar a fiscalização para garantir a qualidade das creches, com vista a proteger o crescimento saudável dos bebés e a promover o desenvolvimento do sector. Quanto à procura de creches, as autoridades devem aperfeiçoar o regime de fiscalização e assumir a sua função de intervenção no mercado, tudo isto com vista a fazer face às mudanças na procura destes serviços por parte da sociedade.

Para dar resposta ao aumento das necessidades de creches, o Governo lançou o plano das “amas sociais”, cujo prazo é de dois anos, com o objectivo de recrutar amas voluntárias através das associações civis. E é o Governo que as fiscaliza e que suporta uma determinada percentagem das despesas. Então, estes serviços continuam a ser encabeçados pelo Governo, ou seja, falta aqui o mercado livre. Será que com esta forma actual é possível contribuir, com mais eficácia, para o desenvolvimento saudável do sector e para o uso razoável dos recursos públicos? Esta questão merece a nossa reflexão.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Face ao aumento das necessidades de creches, o Governo está a procurar soluções eficazes. Isto é compreensível, mas a reacção do mercado é mais rápida do que a do Governo, e convém referir que a generalização dos serviços em causa podem favorecer a sua qualidade. Então, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável das creches e ao uso razoável



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- dos recursos públicos, o Governo tem de manter o equilíbrio entre dois factores: o dispêndio de recursos públicos e a sua intervenção. De que medidas dispõe para o efeito?
2. Segundo os profissionais do sector, o processo para requerimento da licença para exploração de creches demora muito, portanto, o Governo deve rever a situação, no sentido de aumentar a eficácia na apreciação dos pedidos. Deve também, por outro lado, reforçar a fiscalização sobre as creches, com vista a satisfazer as exigências da população e a aumentar a qualidade dos respectivos serviços. O Governo vai fazer isso?
3. Segundo as Linhas de Acção Governativa da área da acção social, até 2016, o Governo quer aumentar as vagas nas creches para 8 000 a 10 000. Actualmente são cerca de 6 600, então, de que planos é que dispõe para concretizar a sua promessa? O Governo vai continuar a conceder apoio financeiro para esse efeito ou vai tentar promover a generalização destes serviços?

25 de Abril de 2014

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Song Pek Kei